

DESAFIOS E AVANÇOS NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA SAÚDE

Gildete da Silva Amorim Mendes Francisco¹

Gláucio de Castro Júnior²

Lucas Longo³

RESUMO: A comunicação entre profissionais de saúde e pacientes Surdos é essencial para garantir cuidados de qualidade e promover a equidade no acesso aos serviços. Este estudo fundamenta-se na perspectiva socioantropológica da surdez, que compreende a pessoa Surda como pertencente a uma minoria linguística e cultural, em diálogo com o modelo social da deficiência e com os Estudos da Tradução e da Interpretação. A análise ancora-se em referenciais teóricos da tradução como prática sociocultural e ética, articulados às discussões sobre direitos linguísticos e acessibilidade em saúde, conforme preconizado na legislação brasileira, especialmente na Lei 10.436/2002 e no Decreto 5.626/2005. Por meio de uma revisão bibliográfica, foram consultadas as bases Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. O objetivo é explorar os desafios e avanços na tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil, com ênfase no campo da saúde. O texto apresenta uma síntese crítica do processo tradutório e interpretativo em contextos médicos, discutindo aspectos linguísticos, culturais e éticos que atravessam a mediação na comunicação. São abordadas, ainda, questões relativas à conduta ética

1 Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB) com Bolsa CNPq.

2 Professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP/UnB. Professor do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB).

3 Doutorando MD-PhD pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Universidade Federal Fluminense (UFF).

dos profissionais de saúde e dos tradutores/intérpretes, bem como exemplos extraídos de estudos de caso em contextos clínicos específicos. Evidencia-se, assim, que a acessibilidade linguística constitui condição estruturante para a garantia do direito à saúde e para a promoção da equidade no atendimento à Comunidade Surda.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade linguística; Comunidade Surda; tradução e interpretação; Libras; saúde inclusiva.

Introdução

A inclusão de pacientes Surdos nos serviços de saúde depende, de maneira decisiva, da possibilidade de estabelecer uma comunicação clara, acessível e culturalmente adequada. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui a principal forma de comunicação da Comunidade Surda sinalizante no Brasil. Entretanto, a tradução e a interpretação em Libras, no campo da saúde, ainda enfrentam desafios relevantes, que vão desde a complexidade terminológica das áreas biomédicas até a necessidade de considerar especificidades culturais e identitárias da Comunidade Surda. Soma-se a isso a carência de materiais acessíveis em Libras, que dificulta a compreensão e a assimilação de informações para a promoção, prevenção e cuidado em saúde.

No âmbito normativo, observa-se um avanço na consolidação de direitos linguísticos. A Lei 10.098/2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabeleceu normas e critérios que visam promover a acessibilidade das pessoas com deficiência, incluindo diretrizes relacionadas com a comunicação. Posteriormente, a Lei 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão no país, conferindo legitimidade à sua utilização em contextos educacionais, institucionais e nos serviços públicos. Esse reconhecimento foi um marco para a consolidação da identidade linguística e cultural da Comunidade Surda, além de reforçar a necessidade de políticas públicas de acessibilidade.

Em continuidade a esse processo, o Capítulo V do Decreto 5.626/2005 passou a dispor especificamente sobre a formação do tradutor e do intérprete de Libras-Língua Portuguesa, tratando a comunicação como elemento estruturante das interações sociais e do exercício da cidadania. O dispositivo normativo estabelece parâmetros para a qualificação desses profissionais e delimita suas atribuições no campo da mediação interlinguística, em consonância com as discussões dos Estudos da Tradução.

Por sua vez, a Lei 14.704/2023 define o Tradutor Intérprete de Libras como “o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem” (Brasil, 2023). Assim, o uso da expressão “mediadores linguísticos” se refere à atuação técnica e ética de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa, respeitadas as distinções formativas e funcionais próprias de cada campo profissional.

Essas disposições legais contribuíram para que o cenário normativo fosse mais inclusivo, conferindo à Libras estatuto legítimo e socialmente reconhecido. Ademais, fomentaram a formação de profissionais qualificados, o que ampliou as possibilidades de participação da Comunidade Surda em diferentes esferas sociais, inclusive nos serviços públicos essenciais, como a saúde.

Esta pesquisa tem como objetivo explorar os desafios enfrentados e os avanços alcançados na tradução e na interpretação em Libras no Brasil, com ênfase na área da saúde. Para além do arcabouço legal, são discutidas perspectivas da mediação interlinguística em contextos de saúde, contemplando os aspectos linguísticos, culturais e éticos que permeiam o processo tradutório e interpretativo em língua de sinais, especialmente nas interações entre profissionais de saúde e pessoas Surdas.

Considerações teóricas

A interpretação em contextos comunitários, como o da saúde, não se limita à transposição linguística, também envolve processos complexos de mediação interlinguística e intercultural, exigindo competências discursivas, terminológicas e éticas específicas. Dialoga-se, ainda, com a perspectiva socioantropológica da surdez, que reconhece as pessoas Surdas como integrantes de uma minoria linguística e cultural, e com o modelo social da deficiência, que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras de comunicação impostas pela sociedade. Neste enquadramento, a acessibilidade linguística é condição para garantir o direito à saúde. A revisão de literatura, portanto, assume caráter descritivo e analítico, articulando conceitos e discutindo criticamente os desafios e avanços da tradução e da interpretação em Libras no contexto dos serviços de saúde.

Historicamente, muitos intérpretes de Libras atuavam sem qualificação formal, sendo frequentemente conhecidos ou familiares de Surdos e que, pela convivência cotidiana, assumiam a tarefa de traduzir e interpretar os sinais. No entanto, uma mudança significativa ocorreu em 2006, com o estabelecimento do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras), programa instituído pela Portaria Normativa 11, de 9 de agosto de 2006, tendo a Portaria Normativa 29, de 20 de julho de 2007, regulamentado a continuidade do programa. Já em 10 de agosto de 2017, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) emitiu uma nota de esclarecimento acerca do programa e do processo de certificação, explicando que a avaliação do Prolibras seria transferida para as instituições de ensino superior que oferecessem cursos de Letras-Libras.

A Lei Federal 12.319, promulgada em 1º de setembro de 2010, regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete da Língua

Brasileira de Sinais (TILSP) e estabelece competências e atribuições específicas para esse profissional, além de fornecer diretrizes para a formação adequada desse grupo de especialistas. Em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reforça e amplia os princípios da acessibilidade, consolidando-se como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Juntas, essas leis reforçam a relevância em integrar a formação qualificada dos intérpretes com a implementação de políticas públicas a fim de garantir condições igualitárias para todos os cidadãos.

No Brasil, a atuação de tradutores e intérpretes de Libras nos serviços de saúde tem evoluído, mas ainda enfrenta desafios em termos de implementação generalizada. Embora haja uma conscientização crescente sobre a importância da acessibilidade para a Comunidade Surda, a alocação desses profissionais nem sempre é consistente em todos os estabelecimentos de saúde. Além disso, o reconhecimento legal da Libras gerou a necessidade de sua implementação no cenário educacional e, por conseguinte, na produção de materiais bilíngues em diversas áreas, especialmente na saúde.

Martins, Stumpf e Martins (2018) abordam sobre a composição e organização de obras lexicográficas e terminológicas da Libras e argumentam que a presença de sinais-termo é fundamental para simplificar e aprimorar as atividades dos profissionais que dependem deles, tais como tradutores/intérpretes, professores e alunos. No entanto, elas ressaltam a importância de uma abordagem cuidadosa e discussões detalhadas ao criar esses termos, enfatizando a necessidade de um processo meticuloso. Uma vez que a Libras é considerada uma língua visual-espacial, com gramática própria composta por expressões faciais e movimentos corporais, em muitos casos, a barreira linguística pode levar a interpretações inadequadas ou incompletas de informações médicas, prejudicando a qualidade dos cuidados prestados.

Para além da inclusão, é preciso levar em conta a complexidade terminológica na área da saúde. Além disso, a falta de uma padronização na terminologia pode gerar confusão tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes Surdos, levando a uma dependência de adaptações que nem sempre são compreensíveis. Tratada como uma lacuna nos serviços de saúde, a acessibilidade linguística pode ocasionar tratamentos inadequados e até uma sensação de insegurança e desconforto por parte dos pacientes Surdos. Sendo assim, é preciso desenvolver recursos especializados, como glossários e materiais informativos, adaptados à realidade linguística da Libras.

Vale lembrar que a cultura Surda não se restringe apenas à língua; envolve experiências, valores e perspectivas únicas e, portanto, os profissionais de saúde e intérpretes devem estar cientes dessas questões para fornecer cuidados centrados no paciente. Além disso, a implementação de boas práticas e a conscientização sobre a importância da comunicação inclusiva são essenciais para superar esses desafios, e isso envolve a capacitação contínua de profissionais de saúde na utilização da Libras, o estabelecimento de equipes multidisciplinares que integrem intérpretes e a promoção de uma cultura organizacional inclusiva nos serviços de saúde.

Materiais e métodos

A presente pesquisa adota como procedimento metodológico a revisão de literatura sobre tradução e interpretação no contexto da saúde, com enfoque na compreensão das perspectivas dos autores, das lacunas e contribuições ao campo em estudo. Para garantir maior transparência e rigor metodológico, explicita-se o quantitativo de materiais localizados, os critérios de inclusão e exclusão adotados e o número final de estudos que compõem o *corpus* analisado.

A primeira etapa da pesquisa contempla a revisão da literatura sobre tradução e interpretação em Libras na área da saúde, por meio de um levantamento nas seguintes bases de dados acadêmicos: Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os termos-chave “tradução e interpretação em Libras”, “saúde” e “comunicação em língua de sinais”. Para a realização da revisão de literatura, foram utilizados os descritores “tradução e interpretação em Libras”, “saúde” e “comunicação em língua de sinais”, empregados de forma isolada e combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR nas bases Google Acadêmico, PubMed, Scopus e Biblioteca Virtual em Saúde. Como critérios de refinamento, adotaram-se: (i) publicações no período de 2015 a 2025; (ii) textos disponíveis na íntegra; (iii) estudos realizados no contexto brasileiro ou que dialogassem diretamente com a realidade da Libras; e (iv) produções que abordassem especificamente a tradução, a interpretação ou a mediação interlinguística em contextos de saúde.

Na etapa inicial, foram identificados 124 trabalhos. Após a exclusão de 28 registros duplicados entre as bases, permaneceram 96 estudos para análise dos títulos e resumos. Desses, 61 foram excluídos por não tratarem diretamente da temática proposta, por abordarem a Libras em contextos não relacionados com a saúde ou por não discutirem aspectos de tradução e interpretação. Restaram 35 artigos para leitura na íntegra. Após essa etapa, 14 estudos foram excluídos por não atenderem plenamente aos critérios de inclusão ou por apresentarem abordagem tangencial ao objeto da pesquisa. Ao final do processo de triagem, 21 estudos compuseram o *corpus* de análise, conferindo maior consistência à revisão, em consonância com as recomendações de sistematização inspiradas no método PRISMA.

Em seguida, foram definidos critérios para a inclusão de estudos na revisão, sendo eles: a) artigos acadêmicos publicados em periódicos, que abordam de forma explícita a tradução e interpretação em Libras no contexto da saúde; b) livros e capítulos de

livros acadêmicos, que tratam de forma direta a temática proposta; c) documentos oficiais ou relatórios institucionais, como diretrizes e políticas públicas, que tratam de práticas ou regulamentações envolvendo a tradução e interpretação em Libras na saúde; d) publicações recentes (últimos 10 anos – 2015 a 2025) para assegurar a atualidade das informações, salvo exceções relevantes, como textos considerados fundamentais na área; e e) estudos que discutem desafios, avanços, práticas metodológicas ou análises críticas relacionados com a mediação em Libras no atendimento à saúde, compreendida, neste trabalho, de forma ampliada, incluindo a atuação não apenas de tradutores e intérpretes formalmente qualificados, mas também de outros profissionais de intermediação linguística, ainda que não possuam formação específica na área de Tradução e Interpretação.

Por fim, realizou-se uma avaliação criteriosa dos títulos e resumos dos trabalhos selecionados, apresentando uma síntese crítica com ênfase na discussão sobre a tradução e interpretação em Libras na área da saúde. De modo breve, também foram abordadas as diretrizes de conduta ética do profissional (TILSP) e estudos de caso que envolvem situações de tradução e interpretação em Libras em contextos médicos, em diferentes perspectivas, cuja análise permite uma compreensão mais aprofundada das complexidades linguísticas envolvidas.

Em observância às diretrizes de integridade científica estabelecidas pela Portaria CNPq 2.664, de 6 de março de 2026, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa (ChatGPT/Gemini) exclusivamente para o refinamento estilístico, revisão gramatical e aprimoramento da coesão textual deste trabalho. Ressalta-se que a concepção intelectual, a coleta e análise de dados, bem como as conclusões apresentadas, são de autoria integral humana, sendo a IA utilizada apenas como suporte à redação técnica.

Resultados e discussão

Ao todo, foram identificados 124 registros nas bases selecionadas. Após a retirada de duplicidades e aplicação dos critérios de refinamento previamente definidos, 21 estudos passaram a compor o *corpus* final de análise. Esses trabalhos foram organizados em três categorias analíticas: (i) estudos sobre desafios linguísticos e terminológicos na mediação em saúde; (ii) pesquisas que discutem aspectos éticos, formativos e profissionais da atuação de intérpretes, tradutores e outros mediadores comunicacionais; e (iii) produções que abordam acessibilidade, políticas públicas e direitos linguísticos da Comunidade Surda no âmbito dos serviços de saúde.

A Comunidade Surda ainda enfrenta empecilhos no que diz respeito aos serviços de saúde, a exemplo do uso da modalidade escrita da Língua Portuguesa como uma tentativa de minimizar as barreiras comunicativas. Sobre tal assunto, Pires e Almeida (2016, p. 70) afirmam que “a gravidade da situação se torna maior se for levado em conta o fato de que a Língua de Sinais (LS), na maioria, esmagadora, das vezes é desconhecida pelos profissionais de saúde”. Em consonância, Marquete, Costa e Teston (2018, p. 7) evidenciaram que tais profissionais não realizaram o curso de Libras “devido à falta de tempo, de oportunidade, de investimentos financeiros, entre outros”, sendo obstáculos que podem refletir não apenas a necessidade de maior flexibilidade nos programas de formação, mas também a importância de políticas que incentivem e facilitem o acesso a oportunidades educacionais.

A discussão sobre inclusão e acessibilidade ganhou destaque em diversos campos, especialmente na área da saúde. Dessa forma, Surdos entrevistados por Rezende, Guerra e Carvalho (2021, p. 9) sugerem a capacitação de profissionais na língua de sinais, ou seja, é necessário fortalecer ações de educação em saúde e promover a autonomia dos pacientes Surdos. A perspectiva dos

autores reflete uma necessidade urgente de mudanças que devem ser impulsionadas por políticas públicas e esforços intersetoriais.

Yonemotu e Vieira (2020) desenvolveram uma pesquisa que analisa a percepção de pessoas Surdas em atividades de educação em saúde realizadas por estudantes de medicina, destacando as barreiras de comunicação enfrentadas. As autoras enfatizam a importância da inclusão e acessibilidade, especialmente por meio da Libras, para melhorar o atendimento de saúde para a Comunidade Surda, e recomendam que os profissionais de saúde precisam de mais capacitação para uma comunicação com Surdos.

Muitas instalações de saúde podem não ser adequadamente equipadas para atender às necessidades dos pacientes Surdos, incluindo sinalizações, recursos visuais e intérpretes de língua de sinais. Além disso, verifica-se uma carência de informações sobre serviços de saúde em formatos acessíveis aos Surdos. Sobre isso, Pereira (2014, p. 24) explica que a Comunidade Surda se depara com diversas dificuldades linguísticas, culturais e de infraestrutura, e destaca as questões do acesso, da comunicação e da informação, que devem ser consideradas em conjunto, bem como a privacidade desses usuários.

Já Oliveira, Celino e Costa (2015, p. 313) observam que, devido à dificuldade na comunicação entre profissionais de saúde e usuários Surdos, a presença de um acompanhante capaz de se comunicar com essas pessoas durante os atendimentos tornou-se uma prática comum. Contudo, evidenciam o quanto os pacientes Surdos são colocados em uma posição de vulnerabilidade, principalmente por dependerem de familiares ou amigos para traduzir suas necessidades e compreender as orientações médicas, reduzindo a autonomia dessas pessoas e limitando sua capacidade de tomar decisões sobre sua própria saúde.

É fundamental promover espaço à população Surda a fim de fomentar a inclusão, a equidade e o respeito por seus direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, Vieira, Caniato e Yonemotu

(2017, p. 11) exploraram a percepção dessa população em relação aos serviços de saúde. Os resultados revelaram que, diante da ausência de intérpretes, a maioria dos participantes expressou preferência pela presença de um acompanhante durante os atendimentos. Além disso, foram mencionadas alternativas, como a comunicação por escrito, gestos e mímicas, e até mesmo a leitura labial, como formas de facilitar a interação em ambientes de saúde. De acordo com Rodrigues, Lago e Paz (2023, p. 831), que abordam a acessibilidade de pessoas Surdas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no interior da Bahia, a barreira linguística compromete o acesso e a qualidade do atendimento oferecido à Comunidade Surda e enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam a formação de profissionais e a inclusão de tradutores e intérpretes para garantir um atendimento de saúde adequado.

Quando um indivíduo Surdo chega a uma unidade de saúde e não encontra profissionais que possam dialogar com ele em sua língua, o impacto não é apenas prático, mas também emocional. Essa barreira cria um ambiente de exclusão, onde o paciente pode se sentir invisível, desamparado e até culpabilizado por uma deficiência que, na verdade, é do sistema. Sem comunicação clara, diagnósticos tornam-se imprecisos, tratamentos deixam de ser compreendidos e a adesão às orientações médicas é comprometida. Em muitos casos, a experiência de frustração é tamanha que pacientes evitam retornar, perpetuando situações de vulnerabilidade e negligência. Sabe-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça o direito dos Surdos à acessibilidade linguística nos serviços de saúde. Trata-se de uma legislação cujos objetivos são facilitar a comunicação e garantir a plena realização dos direitos dessa população.

Com base no exposto, pode-se correlacionar o período pandêmico (covid-19) e a questão do acesso da população Surda aos serviços de saúde. A esse respeito, Franco *et al.* (2022, p. 7) realizaram um levantamento bibliográfico com base em artigos

científicos sobre o direito à saúde e pessoas Surdas, e puderam verificar uma lacuna em que os estudos “não apresentam especificamente como este indivíduo terá seus direitos garantidos enquanto paciente de uma unidade básica de saúde na rede gratuita do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Para além da garantia de acesso universal, integral e equitativo à saúde para toda a população, entende-se que o SUS foi concebido com o propósito de promover justiça social e superar desigualdades na assistência à saúde, com um importante papel na oferta obrigatória e gratuita de serviços de saúde a todo cidadão. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar dos esforços do SUS, podem existir desafios na prática.

Ainda sobre a pandemia de covid-19, Caetano (2021, p. 31) discorre sobre a formação do intérprete de Libras na área da saúde pública. Em sua pesquisa, destaca-se a criação da plataforma “InformaSUS”, a qual promove produções acadêmicas, valoriza o conhecimento científico e facilita o acesso à informação para toda a população, incluindo a Comunidade Surda. Ações como essa são fundamentais, pois evidenciam um compromisso com a equidade no acesso à saúde e reconhecem a importância da inclusão. Nesse contexto, Ferreira e Brayner (2021, p. 9) também discutem sobre o despreparo na assistência à saúde, afirmando que “o fato de a Libras ser uma disciplina optativa para os cursos de saúde enfatiza a falta de inclusão nesse setor”.

Nota-se que a população Surda se encontra vulnerável no que tange ao acesso à saúde. Assim, trazer à tona o discurso de pessoas Surdas é mais que necessário. Pereira (2008) apresenta a história de um entrevistado que destaca como teria sido difícil entender o médico e tomar decisões se não fosse pela presença da mãe e do intérprete. Ele compartilha o impacto emocional de não ter compreendido completamente as instruções médicas e expressa gratidão por ter sido operado com sucesso. Além disso, o referido entrevistado enfatiza a necessidade de divulgar a importância da interação com médicos Surdos e sugere a criação de leis para garantir a presença de intérpretes em consultas

médicas, permitindo que os Surdos exerçam sua autonomia e responsabilidade em relação à sua saúde. Essa recomendação se baseia na necessidade de assegurar os direitos e a autonomia dos Surdos no contexto da saúde.

Conforme apontado por Costa, Mueller e Fabricio (2023, p. 7), o SUS se baseia no princípio da universalidade, uma vez que as informações e os serviços de saúde, que são direitos de todos, devem ser oferecidos adequadamente aos Surdos. Por outro lado, observa-se que a promoção do autocuidado e a adesão a tratamentos e programas não estão sendo acessadas por pessoas Surdas devido às dificuldades de comunicação. Dado o exposto, é imperativo que sejam implementadas medidas eficazes para garantir a acessibilidade. Ainda sobre o SUS, em sua pesquisa, Viana *et al.* (2022, p. 1574) – sem, porém, fazer uma crítica quanto à disponibilização de tecnologias de suporte à oralidade pelo SUS – enfatizam o papel da política que não leva em consideração, dentro da Comunidade Surda, a existência de um grupo que se comunica por meio da língua de sinais. É comum ouvir relatos de Surdos que utilizam a Libras e são pressionados por profissionais a optarem por cirurgias de implante ou aparelhos auditivos em detrimento do uso da língua de sinais.

A inclusão do ensino da Libras na formação de profissionais da saúde é essencial para garantir comunicação com pacientes Surdos, assegurando acesso igualitário aos serviços e aprimorando a qualidade do atendimento. Sob esse prisma, o estudo de Vasconcelos *et al.* (2021, p. 9) investigou o atendimento à pessoa surda na área da saúde por meio de entrevistas estruturadas com acadêmicos de medicina e, também, com Surdos. Em suas considerações, os autores evidenciaram que o domínio da língua de sinais é fundamental para uma comunicação eficaz entre médicos e pacientes Surdos, evitando erros em diagnósticos e promovendo um vínculo mais forte. A esse respeito, afirmam que “o médico conseguirá estabelecer uma comunicação de qualidade e identificar as dificuldades, os sintomas e as situações as quais são

passadas pelo paciente” (Vasconcelos *et al.*, 2021, p. 9). Além do mais, isso demonstra respeito pela inclusão social e permite que o médico exerça plenamente sua profissão.

As tecnologias assistivas, ou seja, aquelas voltadas às pessoas com deficiência, desempenham um papel fundamental na inclusão. Por exemplo, aplicativos de tradução de texto para Libras e dispositivos de comunicação por vídeo oferecem um amparo à população Surda em diversos âmbitos, também no que diz respeito às unidades de saúde. Porém, faz-se evidente que “as instituições de saúde nem sempre adotam práticas e políticas educativas inclusivas que possibilitem o reconhecimento de necessidades específicas e o pleno atendimento” (Moreno *et al.*, 2020, p. 14).

No contexto da educação em saúde, o conhecimento linguístico tem um importante papel na elaboração de materiais instrutivos acessíveis. Tais materiais são essenciais à garantia de uma comunicação eficaz entre profissionais de saúde e pacientes. Sabendo disso, Francisco, Militão e Prado (2022, p. 9) propuseram a criação de um material informativo bilíngue sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), respeitando, então, o desejo de expressão da sexualidade pela população Surda. Iniciativas como essa não apenas promovem a inclusão e o acesso à informação de saúde para Surdos, mas também demonstram compromisso com a diversidade e o respeito pelos direitos individuais.

A produção e avaliação de vídeos em Libras destinados à educação em saúde são uma estratégia para garantir o acesso equitativo à informação médica. Embora seja uma ferramenta interessante, Pimentel *et al.* (2018, p. 192) afirmam que as dificuldades decorrem principalmente da ausência de sinais específicos que representem termos técnicos e científicos, dificultando a compreensão de conceitos de saúde. Além disso, os autores enfatizam a falta de comunicação entre profissionais e alunos Surdos e uma escassez de pesquisas dedicadas a sensibilizar e promover a acessibilidade do conhecimento para esse público.

Dado que a acessibilidade aos serviços de saúde é um direito de todos os cidadãos, Jesus (2013, p. 10) enfatiza que “as políticas públicas devem assegurar esse direito via atendimento mediado por um profissional intérprete”. O atendimento à pessoa surda é desafiador, não só para os profissionais de saúde como também para os próprios Surdos. Nesse sentido, Chaveiro *et al.* (2010, p. 641) destacam a importância de os profissionais adquirirem conhecimentos em Libras ou, ao menos, compreenderem noções básicas da língua de sinais. Ademais, enfatiza-se a necessidade de se ter uma familiaridade com a cultura da Comunidade Surda, com o objetivo de promover uma comunicação eficaz.

Em sua pesquisa, Pavão (2022, p. 19) explica a crescente demanda por intérpretes durante consultas médicas e que o quadro atual é de “grandes intenções e poucas ações”, ressaltando que a falta de inclusão ocorre tanto em locais públicos quanto privados. Entre as possibilidades de se reduzirem essas barreiras na comunicação, Jesus (2017, p. 201) sugere a contratação de agentes comunitários Surdos como uma alternativa que minimizaria a exclusão de pessoas Surdas da saúde pública e fortaleceria o trabalho com os Intérpretes do Contexto da Saúde (ICS), abordagem que reconhece a importância da representatividade e do entendimento cultural para superar obstáculos específicos enfrentados pela Comunidade Surda.

A ética é imprescindível na conduta profissional. Conforme Laur (2018, p. 37), os profissionais de saúde que não conseguem superar as barreiras linguísticas acabam violando deveres éticos e profissionais. Entre as consequências das falhas na comunicação estão: erros diagnósticos, maus-tratos e falhas médicas. O estudo mostra um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de intérpretes. Para além disso, há uma escassez de cursos ou programas universitários que possam contribuir para aumentar a conscientização e o interesse pela língua de sinais.

O estudo de Cruz (2016, p. 1) investiga e analisa a atuação do profissional em relação ao código de ética que norteia a profissão

de intérprete, indagando princípios de imparcialidade e fidelidade no processo tradutório entre os mundos Surdo e ouvinte em situações conflitantes. Sobre a atuação desses profissionais, a autora explica que “assim como qualquer outra profissão, é norteada por um código de ética que descreve princípios como: confiabilidade, neutralidade ou parcialidade, fidelidade, distância profissional, entre outros”.

Por sua vez, Quadros (2004, p. 73-74) apresenta seis categorias que podem ser utilizadas para analisar o processo de interpretação e descreve as competências necessárias, incluindo: competência linguística, que envolve entender e expressar corretamente informações na língua-alvo; competência para transferência, que envolve interpretar o significado da língua-fonte para a língua-alvo sem distorções; competência metodológica, que inclui o uso de diferentes modos de interpretação e a seleção adequada de terminologia; competência na área, que abrange o conhecimento necessário para compreender o conteúdo da mensagem; competência bicultural, que envolve compreender as diferenças culturais entre os falantes das duas línguas; e competência técnica, que se refere à habilidade de posicionar-se adequadamente para interpretar.

No Artigo 1º do código de ética disponibilizado em documento pela Secretaria de Educação Especial, por meio do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília (Quadros, 2004, p. 31-32), são delineados os princípios fundamentais que regem a conduta do intérprete, destacando-se a necessidade de integridade moral, imparcialidade, fidelidade na interpretação, reconhecimento dos limites de competência e manutenção de uma aparência profissional. O intérprete é encarregado de guardar sigilo, interpretar de forma precisa e transmitir fielmente as ideias, mantendo-se neutro e consciente de suas habilidades. Além disso, deve ser cauteloso ao aceitar responsabilidades, buscando auxílio quando necessário, e manter uma postura discreta e respeitável, preservando a dignidade da profissão.

À luz das atualizações normativas da profissão, é necessário alinhar essa discussão ao atual código de ética dos Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS), que substitui documentos orientadores anteriores. Diferentemente das diretrizes iniciais divulgadas pela Secretaria de Educação Especial, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (Quadros, 2004), o novo código de ética dos TILS amplia e sistematiza os princípios que orientam a atuação profissional, reafirmando o compromisso com a confidencialidade, a fidelidade discursiva, a imparcialidade, o respeito às partes envolvidas e a responsabilidade técnica.

A questão da acessibilidade transcende as fronteiras do Brasil. De acordo com Yabe (2020, p. 1), nos Estados Unidos da América (EUA) aproximadamente 1 milhão de pessoas utilizam a Língua de Sinais Americana (ASL) como seu principal meio de comunicação. Além disso, nos EUA, a expansão do uso da Interpretação Remota por Vídeo (VRI) tem gerado preocupações significativas dentro da Comunidade Surda. Muitos enfrentam desafios relacionados com a conectividade, além de restrições visuais e de mobilidade ao recorrer ao VRI. Também é importante notar que esse recurso não atende às necessidades de pacientes que apresentam deficiências cognitivas, linguísticas ou visuais. Durante entrevistas realizadas no estudo de Yabe (2020, p. 7), foi sugerida a necessidade de treinamento em VRI para os prestadores de serviços e aprimoramentos no equipamento, tais como melhorias na conectividade, ajuste de altura e telas de maior tamanho.

Outro país a ser mencionado é o Chile, que apresenta desigualdades expressivas no que se refere à acessibilidade. Segundo Fuentes-López e Fuente (2020, p. 2), a correlação entre a falta de educação formal e as elevadas taxas de desemprego entre os Surdos tem sido apontada como um aspecto que amplia o risco de problemas de saúde mental para essa comunidade. Esses autores evidenciam que “as pessoas com surdez pré-lingual no Chile tinham [no estudo] um nível de educação e renda

significativamente mais baixo quando comparados à população em geral”.

Acerca da saúde dessa parcela da população, Fuentes-López e Fuente (2020, p. 1) observaram que os indivíduos Surdos tinham uma tendência maior a buscar atendimento de saúde com médicos de família ou especialistas em comparação com a população em geral. Além disso, constataram que as mulheres Surdas apresentavam uma menor probabilidade de realizar exames de rotina relacionados com a saúde feminina. Assim, minorias dentro da Comunidade Surda, como mulheres e idosos, encontram-se duplamente à margem. Portanto, devem ser abordadas essas questões que dizem respeito às desigualdades como um todo, ou seja, pensar a interseccionalidade com o objetivo de garantir que todos os indivíduos Surdos tenham acesso equitativo aos cuidados de saúde.

Na revisão de Kuenburg, Fellingner e Fellingner (2016, p. 4), afirma-se que a literatura destaca desafios substanciais na facilitação de uma comunicação, além de lacunas nos conhecimentos sobre saúde e alfabetização em diferentes níveis em Comunidades Surdas de vários países. Em suma, pessoas Surdas de diversos países enfrentam desafios para serem inseridas no contexto da saúde, de modo que ocorra verdadeiramente a inclusão.

Considerações finais

Os desafios na saúde para a Comunidade Surda são notoriamente significativos. Observa-se uma escassez preocupante em relação à comunicação eficaz entre profissionais da saúde e pacientes Surdos, à presença de intérpretes qualificados e à disponibilidade de materiais acessíveis para essa população. A pandemia de covid-19 agravou essas dificuldades, aprofundando as desigualdades existentes. Nesse contexto, a inclusão do ensino de Libras nos currículos dos cursos da área da saúde, assim como a

adoção de tecnologias assistivas, apresenta-se como uma necessidade. Por sua vez, os avanços registrados nesse campo, como a implementação de políticas inclusivas, a formação de intérpretes qualificados e o reconhecimento da relevância da acessibilidade em saúde apontam para um futuro promissor. Entretanto, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no aprimoramento contínuo da prática de tradução e interpretação em Libras.

A identificação das barreiras enfrentadas tanto por profissionais de saúde quanto por pacientes Surdos constitui um passo inicial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de superação. As demandas linguísticas da Libras, associadas às particularidades culturais e éticas, reforçam a necessidade de abordagens holísticas e sensíveis no âmbito da tradução e interpretação no ambiente de saúde. Dessa forma, destaca-se a relevância de manter um compromisso permanente com a equidade e a qualidade na prestação de serviços de saúde, garantindo que a comunicação entre profissionais e pacientes Surdos seja efetiva e respeitosa, abrangendo aspectos linguísticos, culturais e éticos.

Em síntese, este artigo buscou explorar os desafios e avanços relacionados com a tradução e interpretação em Libras no contexto da saúde, reconhecendo a importância central de uma comunicação eficaz para a oferta de cuidados de saúde de qualidade e para a promoção da equidade no acesso aos serviços. Foram abordadas as particularidades linguísticas, culturais e éticas que permeiam esse cenário, evidenciando a complexidade e a relevância do tema.

Challenges and advances in translation and interpretation of Brazilian sign language in healthcare

ABSTRACT: Communication between healthcare professionals and Deaf patients is essential to ensure quality care and promote equity in access to services. This study is grounded in the socio-anthropological perspective of deafness, which understands the Deaf person as belonging to a linguistic and cultural minority, in dialogue with the social model of disability and with Translation and Interpreting Studies. The analysis is anchored in theoretical frameworks that conceive translation as a sociocultural and ethical practice, articulated with discussions on linguistic rights and accessibility in healthcare, as established in Brazilian legislation, particularly Law No. 10.436/2002 and Decree No. 5.626/2005. Through a literature review, the databases Google Scholar, PubMed, Scopus, and the Virtual Health Library were consulted. The objective is to explore the challenges and advances in translation and interpretation in Brazilian Sign Language (Libras) in Brazil, with an emphasis on the healthcare field. The text presents a critical synthesis of the translation and interpreting process in medical contexts, discussing linguistic, cultural, and ethical aspects that permeate communicative mediation. It also addresses issues related to the ethical conduct of healthcare professionals and translators/interpreters, as well as examples drawn from case studies in specific clinical contexts. Thus, linguistic accessibility is evidenced as a structural condition for guaranteeing the right to health and promoting equity in services provided to the Deaf community.

KEYWORDS: linguistic accessibility; Deaf community; translation and interpreting; Libras; inclusive healthcare.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BRASIL. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. *Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria normativa n.º 11, de 9 de agosto de 2006*. Institui o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa – Prolibras. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria normativa n.º 29, de 20 de julho de 2007*. Realização do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa – Prolibras. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. *Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. *Lei n.º 14.704, de 25 de outubro de 2023*. Altera a Lei n.º 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Portaria CNPq n.º 2.664, de 6 de março de 2026*. Institui a política de

integridade na atividade científica do CNPq. Brasília: Diário Oficial da União, 2026.

CAETANO, David da Silva. *A formação do tradutor e intérprete de libras para a atuação na saúde pública: discutindo sobre ações durante a pandemia de covid-19 a partir do programa Informa-SUS*. 2021. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – Libras/ Língua Portuguesa) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; MUNARI, Denise Bouttelet; MEDEIROS, Marcelo; DUARTE, Soraya Bianca Reis. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. *Cogitare Enfermagem*, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 639-645, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v15i4.20359>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/20359>. Acesso em: 20 jun. 2026.

COSTA, Silvia Cristina Padilha da; MUELLER, Airtton Adelar; FABRICIO, Adriane. A comunidade surda e o atendimento em Unidades Básicas de Saúde: questão legal assegurada. *Serviço Social e Saúde*, Campinas, v. 22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v22i00.8674058>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8674058>. Acesso em: 20 jun. 2026.

CRUZ, Raquece Mota Honório. Conflitos éticos na atuação do tradutor intérprete de libras. *Revista Virtual de Cultura Surda*, [s.l.], n. 17, 2016. Disponível em: <https://libras.uff.br/wp-content/uploads/sites/320/2024/12/4o-Artigo-REVISTA-17-Raquece-Mota-Honorio-Cruz.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Nota de esclarecimento: Prolibras. In: *Feneis Blog*. 10 ago. 2017. Disponível em: <https://blog.feneis.org.br/nota-de-esclarecimento-prolibras>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FERREIRA, Nicole Lira Melo; BRAYNER, Izabelly Correia dos Santos. O acesso da comunidade surda aos serviços de saúde: mãos que falam. *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 17, n. 00, p. e021016, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26673/tes.v17i00.15169>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/15169>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; MILITÃO, Tatiane; PRADO, Karen. Proposta de produção de material informativo sobre como prevenir IST diminui dificuldades no aprendizado de libras. In: FRANCISCO, Gildete da Silva Amorim Mendes; MILITÃO, Tatiane (org.). *Libras: linguística, educação, ciências e saúde*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022. p. 10-25.

FRANCO, Ludmila Veiga Faria; MILITÃO, Tatiane; CORRÊA, Ingrid Lourenço de Amorim; HENRIQUES, Maíra Soares; BOURGUIGNON, Saulo Cabral; SANTOS, Dilvani Oliveira; OLIVEIRA, Karen de Jesus. A lei de libras e o direito à promoção da saúde dos surdos no advento da pandemia de covid-19 no Brasil: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 11, n. 11, p. e05111133225, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33225>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33225>. Acesso em: 20 jun. 2026.

FUENTES-LÓPEZ, Eduardo; FUENTE, Adrian. Access to healthcare for deaf people: a model from a middle-income country in Latin America. *Revista de Saúde Pública*, [s.l.], v. 54, n. 13, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054001864. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32022141/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

JESUS, Ringo Bez de. *A interpretação médica para surdos: a atuação de intérpretes de libras/português em contextos da saúde*. 2013. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras–Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

JESUS, Ringo Bez de. “*Ei, aquele é o intérprete de libras?*” – atuação de intérpretes de libras no contexto da saúde. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

KUENBURG, Alexa; FELLINGER, Paul; FELLINGER, Johannes. Health care access among deaf people. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 1-10, 2016. DOI: 10.1093/deafed/env042. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26405210/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

LAUR, Audrey. Healthcare access for deaf patients – the legal and ethical perspectives. *Medico-Legal Journal*, [s.l.], v. 86, n. 1, p. 36-41,

2018. DOI: 10.1177/0025817217743416. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29258408/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MARQUETE, Verônica Francisqueti; COSTA, Maria Antônia Ramos; TESTON, Elen Ferraz. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. *Revista Baiana de Enfermagem*, [s.l.], v. 32, 2018. DOI: 10.18471/rbe.v32.24055. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/24055>. Acesso em: 19 abr. 2024.

MARTINS, Francielle Cantarelli; STUMPF, Marianne Rossi; MARTINS, Antonielle Cantarelli. Reflexões sobre componentes e organização de entradas de obras lexicográficas e terminológicas da Libras. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 71-88, 2018. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1186>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MORENO, Renato Sarmiento dos Reis; SILVA, Nayla Cristina Santiago; OLIVEIRA, Vinicius Soares; SILVA, Josivaldo Godoy da. Tecnologias assistivas na comunicação de pacientes com deficiência auditiva em serviços de saúde no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 58079-58101, ago. 2020. DOI: [10.34117/bjdv6n8-281](https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14988). Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14988>. Acesso em: 20 jun. 2026.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 307-320, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/xnMSZYLXkdcx-8z7kFBX3Bpz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

PAVÃO, Liane Falcão Freire. A necessidade do intérprete de libras nos hospitais e unidades de saúde para qualificar o atendimento ao surdo. In: CAMPELLO, Ana Regina de Souza; LIRA, Darlene Seabra de; ANDRADE, Lúcio Costa de (org.). *O tradutor e intérprete de Libras: atuações e considerações*. Itapiranga: Schreiben, 2022. p. 6-23. DOI: 10.29327/557945

PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. *Percepção de surdos adultos sobre o atendimento em saúde*. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Patrícia Cristina Andrade. *Tradutores-intérpretes de libras na saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PIMENTEL, Karine Silva; CONDE, Ivo Batista; MENDES, Roselita Maria de Souza; FEITOSA, Cléia Rocha de Sousa; PAIXÃO, Germana Costa; PANTOJA, Lydia Dayanne Maia. Produção e avaliação de vídeos em libras para educação em saúde. *Revista Educação Especial*, [s.l.], v. 31, n. 60, p. 181-195, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24101>. Acesso em: 20 jun. 2026.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 68-77, 2016. DOI: 10.17267/2317-3378rec.v5i1.912. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912>. Acesso em: 20 jun. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/Seesp, 2004.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. *Revista Cefac*, [s.l.], v. 23, n. 2, p. e0620, 2021. DOI: 10.1590/1982-0216/20212320620. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/kZtDr6C98zW6PDQPCvnnJRs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

RODRIGUES, Gabriela Santos; LAGO, Danússia Cardoso; PAZ, Nayra Marinho Silva. Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 815-834, out.-dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1139>. Disponível em: <https://www.recis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1139>. Acesso em: 20 jun. 2026.

VASCONCELOS, Sidney dos Santos; NOVAIS, Gabriel Silva; WEEKES, Keya Whitney; SILVA, Maria Clara

Pinheiro da. Libras em saúde: avaliação na perspectiva de pacientes e de acadêmicos de medicina. *Research, Society and Development*, [s.l.], v. 10, n. 8, p. e15510816225, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.16225. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353173278_LIBRAS_em_saude_Avaliacao_na_perspectiva_de_pacientes_e_de_academicos_de_medicina?_cf_chl_f_tk=4uIRFHrsili9T0iqqkFXUnUTmYZfCNcBGP4a_mt9smA-1782849454-1.0.1.1-f1nHy7szZR06C.H8Nuwmk_tNK-SoWv_DFi_oXnBElyWE. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIANNA, Nubia Garcia; ANDRADE, Maria da Graça Garcia; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; RODRIGUEZ-MARTÍN, Dolors. A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s.l.], v. 27, n. 4, p. 1567-1580, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022274.09142021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FdvKJpyNSkg5WDMPKMYwzK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

VIEIRA, Camila Mugnai; CANIATO, Daniella Gimenez; YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 11, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1139>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1139>. Acesso em: 20 jun. 2026.

YABE, Manako. Healthcare providers' and deaf patients' interpreting preferences for critical care and non-critical care: video remote interpreting. *Disability and Health Journal*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1-8, 2020. DOI: 10.1016/j.dhjo.2019.100870. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1936657419301888>. Acesso em: 20 jun. 2026.

YONEMOTU, Bianca Pereira Rodrigues; VIEIRA, Camila Mugnai. Diversidade e comunicação: percepções de surdos sobre atividade de educação em saúde realizada por estudantes de medicina. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 401-414, abr.-jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1827>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1827/2360>. Acesso em: 20 jun. 2026.